

implementação das políticas públicas do país.

O autor segue analisando, criticamente, o conteúdo da nova lei, iniciando pelas diretrizes da educação e seus desdobramentos: o próprio conceito de educação subjacente; seus princípios e fins; o direito, o dever e a liberdade de educar e as questões relativas ao sistema nacional de educação.

Chama a atenção, ainda, para a dificuldade de estabelecer clara distinção entre as "diretrizes" e as "bases" da educação nacional, visto estarem ambas imbricadas na organização da educação nacional, ou seja, no sistema nacional de educação. Especifica, a seguir, os itens a serem analisados: a educação básica; a educação profissional; a educação superior; a educação especial; a formação dos profissionais da educação; os recursos financeiros; as disposições gerais e as transitórias.

Finalmente, conclama os educadores progressistas a participarem do que denomina "a estratégia da resistência ativa". Constata, porém, que as resistências às iniciativas de política educacional têm adquirido um caráter passivo, pois são individualizadas, limitadas à formulação de objeções e críticas generalizadas, configurando apenas o "direito de discordar" (p.235).

Para que os espaços vazios deixados pela LDB aprovada sejam coerentemente ocupados, o autor ressalta a importância da mobilização dos setores progressistas da sociedade brasileira pelo menos em torno de duas das instâncias fundamentais para a concretização da política educacional: o Fórum Nacional de Educação e o Conselho Nacional de Educação.

O Fórum Nacional de Educação, constituído a partir do Primeiro Congresso Nacional de Educação, realizado em Belo Horizonte entre 31 de julho e 3 de agosto de 1996, deve se transformar, segundo o autor, no *locus* para elaboração de um diagnóstico da educação brasileira visando ao estabelecimento de metas a curto, médio e longo

prazos que componham um Plano Nacional de Educação coerente com os interesses mais democráticos da sociedade. Deverá competir, ainda, a esse espaço da sociedade civil, o acompanhamento e avaliação da execução do referido Plano Nacional de Educação.

Finalizando o livro, Saviani demonstra coerência ao analisar a inevitabilidade da emergência de contradições postas por interesses divergentes durante o processo de tramitação das propostas de LDB, cujos embates poderão se reproduzir durante o encaminhamento da implementação da lei aprovada. Novamente, o país assistirá a complexas negociações sem que os resultados possam estar previamente traçados. É essa abertura de inúmeras possibilidades que deve animar os setores democráticos para a mobilização e encaminhamento de propostas que ofereçam alternativas viáveis para a política educacional brasileira. Elas devem ter como horizonte o futuro, ainda que incerto e ambivalente, evitando uma tendência comum àqueles que defendem os interesses da maioria desprivilegiada: um certo tom melancólico que impregna discursos e, às vezes, práticas, que acabam por dificultar uma visibilidade maior sobre o que fazer daqui para a frente.

Angela Maria Martins
Fundação Carlos Chagas

"IDE POR TODO MUNDO": A PROVÍNCIA DE SÃO PAULO, COMO CAMPO DE MISSÃO PRESBITERIANA (1869-1892)

Marcus Albino

Campinas: CMU/UNICAMP, 1996. 144p.

Este livro, embora trate de um estudo em História Eclesiástica, pode ser considerado uma excelente contribuição para a História da Educação Brasileira. De fato, na tentativa de compreender a presença protestante na cidade de Campinas, no período de 1869 e 1892, o autor traz à tona a história do Colégio Internacional e, dessa forma,

assinala aspectos importantes sobre a educação na Província de São Paulo no final do Império. Não é fortuita, pois, essa interseção de fronteiras entre a História Eclesiástica e a História da Educação, dada a importância da atuação da Igreja no campo educacional no Brasil.

Uma das peculiaridades desta obra encontra-se na diversidade de fontes utilizadas, classificadas pelo autor como fontes legais e eclesásticas. Entre as primeiras destacam-se jornais, Almanques, Relatórios de Presidentes das Províncias, processos cíveis, inventários, testamentos e manuscritos existentes nos Offícios da cidade de Campinas. Especialmente os jornais exemplificam a potencialidade desta fonte para a história das iniciativas educacionais do século XIX. As fontes eclesásticas compreendem as minutas e os compêndios das Assembléias Gerais da Igreja Presbiteriana nos Estados Unidos e a revista *The Missionary*. Este material ainda pouco explorado pelos estudiosos brasileiros, como assinala o autor, constitui fonte de grande importância para o estudo da Igreja Presbiteriana. O uso de fontes tão diversas demonstra a potencialidade da história regional e sua universalidade.

Organizado em cinco capítulos, o primeiro deles retrata o contexto social e educacional da cidade de Campinas na segunda metade do século XIX. As transformações econômicas, a urbanização e as manifestações culturais são analisadas pelo autor, na perspectiva de busca do ideal civilizatório da sociedade campineira, o que significava o interesse pelas inovações culturais dos países europeus e a crença na ciência e no progresso. É dessa forma que a educação escolarizada é vista como um instrumento civilizador. Além do quadro educacional de Campinas, o autor relaciona as escolas particulares espalhadas no interior da Província de São Paulo.

Os capítulos 2 e 3 referem-se propriamente à história da Igreja Presbiteriana. O capítulo 2 assinala os primeiros passos da missão evangelizadora dos protestantes americanos

no Brasil, destacando o estabelecimento da primeira Igreja protestante de confissão presbiteriana no Rio de Janeiro em 1862. Refere-se, também, às ações empreendidas na Província de São Paulo com a vinda dos reverendos George Morton e Edward Lane para a cidade de Campinas em 1870. Para a compreensão dos princípios doutrinários que fundamentaram a ação missionária dos protestantes americanos, o autor refere-se à constituição dessa Igreja no reino inglês, a partir da Assembléia de Westminster, e reconstitui a trajetória do presbiterianismo nos Estados Unidos, cuja herança herdou o protestantismo no Brasil.

No capítulo 3, Albino faz uma análise da *Confissão de Fé de Westminster* e dos *Catecismos Menor e Maior* buscando apresentar o sistema que rege a doutrina e a crença presbiterianas. A questão central do autor é o entendimento fenomenológico da consciência presbiteriana, e, para isto, analisa os princípios que os religiosos teriam sobre aspectos como a Sagrada Escritura, Deus e a Santíssima Trindade, os Sacramentos, o Batismo, a liberdade cristã e de consciência, sobre a Igreja, entre outros.

O capítulo 4 destaca a atuação dos presbiterianos em Campinas com a fundação do *Colégio Internacional*. A criação desta escola é vista como uma estratégia dos protestantes para atingirem seus propósitos missionários, especialmente tendo em vista a forte presença da Igreja católica na Província de São Paulo. Ao reconstituir os apoios que a iniciativa dos protestantes recebeu da elite intelectual e econômica campineira, ele ressalta alguns aspectos característicos dessa sociedade nesse período, os quais não apenas justificam a criação do Colégio como constituíram o substrato sobre o qual tornou-se possível o sucesso da ação missionária dos protestantes na cidade, isto é, os ideais liberais republicanos e o ideal civilizatório. Neste sentido, as escolas americanas eram vistas como instituições educacionais modernas, que adotavam os métodos e processos de

ensino consoantes aos ideais de progresso e civilização.

É nesse sentido que se compreende a importância e o significado histórico e sociocultural deste Colégio. Além de ser uma iniciativa dos presbiterianos numa região acentuadamente católica, sobressai a proposta educacional inovadora e moderna, os apoios de uma elite progressista, liberal e republicana e o envolvimento de professores de grande renome no cenário intelectual brasileiro, como Rangel Pestana e Júlio Ribeiro.

A história do Colégio Internacional é contada considerando três fases estabelecidas segundo as iniciativas e direção imprimidas à escola de acordo com os missionários encarregados da direção do colégio: 1ª fase, Norton, Lane (1873-1879); 2ª fase, Dabney, Rodrigues, Lane (1880-1890) e 3ª fase Gammon, Lane (1891-1892). Em cada fase encontramos uma descrição pormenorizada da proposta educacional, o programa de ensino, a composição do corpo docente, os problemas e entraves enfrentados. Dessa forma, é possível constatar as características peculiares deste Colégio e as inovações educacionais introduzidas, tais como: a liberdade religiosa, a proposta curricular avançada com base num curso de estudos liberais aprofundado e progressivo, a co-educação praticada num curto interregno, a extinção de exames públicos orais, entre outras.

Em 1892, tendo em vista as dificuldades enfrentadas pelo Colégio, agravadas pela epidemia de febre amarela que assolou Campinas no final do século, o Comitê Executivo de Missões no Estrangeiro decidiu pela transferência da missão para a cidade de Lavras, considerada mais segura. Dessa forma, encerra as atividades do Internacional. A avaliação de Albino a respeito dos resultados desse empreendimento educativo é bastante positiva, afirmando que o Internacional "conseguiu com sucesso, a formação de um cidadão identificado com o mundo novo que se abria para a cidade de Campinas" (p.109); isto explica

não apenas o sucesso obtido pelo Colégio, mas corrobora a importância que ele teve na sociedade campineira.

Apesar da numerosa quantidade de informações assinaladas pelo autor a respeito do Internacional, ressentindo-se, neste capítulo, de maior aprofundamento de questões propriamente do âmbito educacional, que o contextualizasse no interior da problemática do ensino secundário no Império. O único aspecto analisado no livro trata das limitações impostas à proposta curricular do Colégio diante das pressões para os exames preparatórios. Outras questões como a inovação educacional, o conteúdo político-ideológico da proposta do mesmo, a comparação da sua proposta educativa com outras instituições congêneres existentes na cidade de Campinas, como o Colégio Culto à Ciência, teria enriquecido ainda mais a obra e, ainda que não a descaracterizasse como um estudo em História Eclesiástica, contribuiria para desvelar a natureza das questões pressupostas nas iniciativas educacionais da Igreja.

O último capítulo faz uma radiografia da composição socioeconômica dos alunos do Colégio Internacional demonstrando serem eles originários de parte significativa das camadas elitizadas de Campinas, fossem elas agrárias, comerciais, industriais e profissionais liberais. Ratifica, portanto, a tendência geral verificada nas escolas particulares desse período. No entanto, o que chama a atenção é o procedimento metodológico que o autor emprega para demonstrar esta afirmação. Partindo da identificação dos nomes dos alunos registrados nas festas de encerramento e lista de formandos da escola, procede a um rastreamento de dados relacionados às condições sociais da família, consultando processos cíveis, inventários, testamentos e manuscritos existentes nos *Ofícios* da cidade. Tal procedimento ilustra, de forma significativa, o uso de fontes alternativas para se demonstrar a origem social dos alunos de escolas particulares, muitas vezes pressu-

postas nos estudos em História da Educação mas não comprovadas empiricamente.

Nas pegadas da história do Colégio Internacional de Campinas encontramos elementos para questionarmos acerca do movimento de renovação educacional no Brasil na segunda metade do século XIX e podemos identificar vários aspectos concernentes à cultura escolar desse período. Marcus Albino, com escrita leve, análises criteriosas e a riqueza de fontes que oferece, torna a obra *Ide por Todo Mundo* um agradável convite à leitura e a futuras investigações.

Rosa Fátima de Souza

Professora do Departamento de Ciências da Educação da Faculdade de Ciências e Letras da Unesp - Araraquara e pesquisadora do Centro de Memória da Unicamp

GESTÃO EDUCACIONAL E DESCENTRALIZAÇÃO: NOVOS PADRÕES

Vera Lúcia Cabral Costa (org.)

São Paulo: Fundap/Cortez, 1997. 188p.

A Fundação do Desenvolvimento Administrativo — Fundap, objetivando colaborar tecnicamente com os processos e programas de modernização administrativa, tem se dedicado, particularmente nos últimos anos, a acompanhar os movimentos da Administração Pública brasileira no que se refere à adoção de novos padrões organizacionais e de gestão.

Considerando o quadro de desigualdades regionais e sociais que caracteriza o país, este acompanhamento tem privilegiado as políticas públicas de caráter universalista: saúde, educação, assistência social, nas quais se concentram boa parte da opinião pública e dos esforços governamentais.

Esta publicação insere-se em tal linha de considerações. Apresenta os resultados da pesquisa "Mudanças nos Padrões de Gestão

Educacional no Contexto do Processo de Descentralização" financiada pela Fundação Ford, coordenada pelo Centro de Investigación y Desarrollo en Educación (CIDE) e desenvolvida, no Brasil, pela Fundap, pelo seu Instituto de Economia do Setor Público (IESP). Debruça-se, portanto, sobre a estratégica área da política educacional, privilegiando especialmente as repercussões, conseqüências e características dos processos de descentralização/desconcentração que tem condicionado nos últimos anos.

O processo de descentralização na área social, tal como ocorre no Brasil nos últimos anos, insere-se no contexto de transformação do sistema federativo brasileiro iniciado com o fim do regime autoritário. Afirmado-se paralelamente à democratização do país e em alguns momentos chegando mesmo a se confundir com ele, as tendências descentralizadoras tiveram de conviver com um ambiente de progressiva crise fiscal, o que seguramente embaraçou seu ritmo de operacionalização.

Na área educacional, o tema de descentralização está presente desde os anos 70, quando da adoção, ainda durante o regime autoritário, com a Lei n. 5692/71, de uma abrangente reforma que marcaria profundamente o desenho organizacional do sistema educacional brasileiro. Como se sabe, tal reforma definiu-se por seu caráter nacional, ao propor diretrizes e normas homogêneas para todo o país. A legislação previa também a descentralização do ensino fundamental para o nível municipal, mas não se fazia acompanhar de políticas que oferecessem suporte técnico e financeiro aos municípios. Ou seja, não se fazia acompanhar de qualquer compromisso com a qualidade do ensino oferecido à população. Consoante o modelo econômico em vigor, que se caracterizava pela concentração de recursos no nível das macropolíticas, a descentralização e a expansão de vagas faziam-se na perspectiva da formação de mão-de-obra barata.